



# Anais da Assembléia

Nº 06

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 20 DE FEVEREIRO DE 1997

ANO XXIII

## *Mesa Diretora*

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**

1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**

2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**

3º Vice-Presidente - PMDB

**LUIZ CARLOS MARTINS**

1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**

2º Secretário - PFL

**ANTONIO ANNIBELLI**

3º Secretário - PSDB

**IRONDI PUGLIESI**

4º Secretária - PPB

**ANGELO VANHONI**

5º Secretário - PT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

## *Representação Partidária*

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Júlio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kietse - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gornes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Rery Bor-sato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Dullio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Nei-vo Beraldin; PTB - 06: Ademair Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraklo Cartão - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Co-lombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

## Atos da Presidência

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/97

**Súmula:** Referenda o Decreto Legislativo nº 001/97, que autorizou o Senhor Governador do Estado ausentar-se do País.

**Data:** 19 de fevereiro de 1997.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73 da Constituição Estadual combinando com o Art. 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica referendado o Decreto Legislativo nº 001/97, de 05 de fevereiro de 1997, que autorizou o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, ausentar-se do País, no período compreendido entre 06 e 20 do corrente mês de fevereiro, com destino à Europa, a fim de participar da Reunião da Câmara de Comércio e Indústria de Lyon e do Seminário promovido pela Câmara de Comércio e Indústria de Paris; manter encontros com lideranças empresariais e do Setor de Ciência e Tecnologia, em Londres; participar de reunião com a Direção da RENAULT e seus fornecedores; além de tratar de outros assuntos de interesse do Estado.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 19.02.97.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/97

**Súmula:** Referenda o Decreto Legislativo nº 002/97, de 18 de fevereiro de 1997, que designou o Deputado Luiz Carlos Cafto Quintana para coordenar o processo de adaptação da Constituição do Estado do Paraná às modificações constitucionais federais e a reforma do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa.

**Data:** 19 de fevereiro de 1997.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73 da Constituição Estadual combinando com o Art. 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica referendado o Decreto Legislativo nº 002/97, de 18 de fevereiro de 1997, que designou o Deputado Luiz Carlos Cafto Quintana para coordenar o processo de adaptação da Constituição do Estado às modificações constitucionais federais e a reforma do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 19.02.97.  
(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 1997.**  
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Júlio Ando e Péricles Mello.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Ed-

gar Bueno, Techy Filho, Ademir Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Cafto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Dullio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Turck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, o qual foi aprovada sem observação.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

## Requerimentos:

## REQUERIMENTO Nº 083

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada de votação do Projeto de Lei nº 552/95 por 10 (dez) sessões.

Sala das Sessões, em 20.02.97.

(a) PERICLES MELLO

## REQUERIMENTO Nº 081

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e tendo em vista o lançamento da Campanha da Fraternidade deste ano, sobre o tema "A Fraternidade e os Encarcerados", objeto de moção enviada a esta Casa pela Associação Paranaense dos Advogados Criminalistas, em que destaca a urgência de soluções para o problema penitenciário no Brasil, REQUER sejam enviados expedientes às altas autoridades do Congresso, Executivo Estadual e Poder Judiciário do Paraná no sentido de adoção de medidas capazes de amenizar o problema em causa, conforme a seguir:

1 - Congresso Nacional, através do Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente; para que seja agilizada a adoção de legislação instituindo penas alternativas para delitos de menor grau ofensivo;

2 - Governo do Estado do Paraná, através do Governador Jaime Lerner, para que a Administração invista no sistema penitenciário buscando mais efetividade para a execução penal, inclusive com diminuição dos casos de reincidência;

3 - Poder Judiciário Estadual, através do Desembargador Henrique Lenz Cesar, Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, para adoção de orientação no sentido de maior ênfase na aplicação de penas alternativas e visando maior taxa de ressocialização dos encarcerados.

Sala das Sessões, em 20.02.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

## JUSTIFICATIVA:

A situação atual do sistema penitenciário brasileiro não apresenta condições de recuperação e dignidade àqueles que ali cumprem penas. Retidos em cubículos, os encarcerados dividem suas celas com os demais, acarretando em superlotações. Essa característica apresentada pelas penitenciárias brasileiras reflete a falência do sistema penitenciário, o que faz por merecer atenção especial da opinião pública (Igreja, criminalistas e demais estudiosos), visando transformar esta realidade social apresentada pelo país.

Como é o Estado que aplica a medida sancionadora privando o preso de sua liberdade, cabe ao Estado velar pelas condições de vida do detento, visando à sua ressocialização ao convívio em sociedade. Ao invés de privar a liberdade de um preso a longo prazo, existem alternativas como um investimento maior na reeducação dos detentos, o desenvolvimento de atividades culturais, e a adoção de um programa no setor profissional dos presos, para que estes ao saírem das penitenciárias, não cometam mais infrações, diminuindo assim os casos de reincidência.

Além do que, ao invés de ênfase exclusiva na aplicação de verba oriunda dos cofres públicos com os encarcerados, poderia ser ampliado o sistema de penas alternativas, que ofereça aos apenados que já cumpriram parte da sanção uma oportunidade de prestar serviços à comunidade, ou outras medidas alternativas de forma a propiciar a ressocialização do preso, sem deixar de aplicar-lhe uma pena.

Considerando que a situação dos encarcerados merece destaque no cenário nacional devido à falta de estrutura e investimento no setor penitenciário - objeto da atual Campanha da Fraternidade, é que apresentamos a moção, para oportuno encaminhamento aos agentes do poder público, tomando-se as medidas compatíveis com a realidade do sistema penitenciário brasileiro.

APACRIMI - Associação Paranaense dos Advogados Criminalistas

OFÍCIO Nº 002/97

Curitiba, 13 de fevereiro de 1997.

Excelentíssimo Presidente,

Apraz-me comunicar-lhe, que esta Associação fez lavrar "Voto de Louvor", registrando-o em ata do dia 13 de fevereiro de 1997, ora transcrito in verbis:

"A Diretoria da Associação Paranaense dos Advogados Criminalistas - APACRIMI, reunida no dia 13 de fevereiro de 1997, por proposição do Presidente, Dr. Elias Mattar Assad, deliberou, por unanimidade, a consignação em ata de um "voto de louvor" em favor da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), pelo tema da Campanha da Fraternidade - 1997 - "A Fraternidade e os Encarcerados".

A referida Campanha resgata, de maneira vigorosa, a verdadeira concepção do instituto da pena, no direito pátrio, ripristinando seu caráter recuperatório e não retributivo, ao tempo em que conclama toda a sociedade para uma urgente reflexão.

Deliberou-se, ainda, no sentido de serem enviados ofícios para Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, e para a Câmara dos Vereadores de Curitiba, nas pessoas de seus Presidentes, sugerindo que as respectivas mesas diretivas encampem a iniciativa e deliberem por uma "moção de louvor" à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, tomando por base os mesmos fundamentos, evidenciando assim os aplausos de toda a sociedade paranaense."

Sem mais para o momento, aproveitamos para reafirmar a Vossa Excelência nossos protestos de elevada consideração e distinto apreço.

Atenciosamente,

(a) ELIAS MATTAR ASSAD  
Presidente

Excelentíssimo Senhor

ANIBAL KHURY

M.D. Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná  
NESTA

## Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 024/97

A Assembleia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica assegurado aos ministros de todos os cultos o acesso às entidades civis e militares de internação coletiva, da rede hospitalar pública estadual e particular, para propagarem assistência religiosa aos enfermos, em qualquer período, durante as 24 horas do dia.

Art. 2º - As entidades civis e militares de internação coletiva da rede hospitalar pública estadual e particular, tanto quanto possível, darão total apoio às atividades de assistência religiosas aos enfermos, familiares e funcionários, no âmbito de suas repartições.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.97.

(a) NEREU MOURA

## JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei tem por escopo principal oferecer aos enfermos internados na rede pública estadual e particular o necessário conforto religioso, num momento de dor e sofrimento, independentemente de credo religioso.

O benefício será estendido aos familiares que sofram com seu doente e rezam pela sua recuperação. O conforto religioso certamente trará a todos mais forças para lutarem contra as adversidades de momento, inclusive funcionários da rede hospitalar abrangida pelo presente texto legal.

PROJETO DE LEI Nº 025/97

A Assembleia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - A nomeação de Reitores e vice-Reitores das Universidades Estaduais e dos Diretores e vice-Diretores das Faculdades Estaduais do Estado do Paraná obedecerá o seguinte:

I - O Reitor e o vice-Reitor das Universidades Estaduais e os Diretores e vice-Diretores das Faculdades Estaduais, qualquer que seja sua natureza jurídica, serão nomeados pelo Governador do Estado e escolhidos entre professores das duas classes mais elevadas da carreira ou que possuam título de doutor, cujos nomes figurem em listas tríplices organizadas pelo respectivo colegiado máximo, ou outro colegiado instituído especificamente para esse fim, após prévia consulta à comunidade universitária, sendo a votação uninominal;

II - a consulta prévia à comunidade universitária obedecerá os termos estabelecidos pelo colegiado máximo da Instituição, prevalecendo a votação uninominal e o peso de setenta por cento para a manifestação do pessoal docente em relação às demais categorias, conforme disposto no artigo 56, parágrafo único da Lei nº 9394/96 - Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

III - a manifestação da comunidade universitária sobre os nomes que comporão as listas a serem encami-

nhadas ao Chefe do Poder Executivo deve se dar sob a forma de voto direto e secreto dos seus integrantes;

IV - considera-se comunidade universitária a totalidade dos membros do corpo docente e do quadro de funcionários todos em pleno exercício de suas funções e lotados na Instituição, bem como a totalidade do corpo discente regularmente matriculado.

Art. 2º - Nos casos de vacância dos cargos de Reitor, vice-Reitor de Universidade, de Diretor, vice-Diretor de Faculdade ou Instituição de Ensino Superior, as listas a que se referem os itens I, II, III, IV do artigo 1º, serão organizadas no prazo de até noventa dias após a abertura da vaga.

Art. 3º - As disposições desta lei aplicam-se de imediato, independentemente das adaptações estatutárias e regimentais decorrentes, as quais deverão ser processadas no prazo de até 120 (cento e vinte) dias a contar da data da publicação da presente lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 8345 de 21.07.86.

Sala das Sessões, em 20.02.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

A atual legislação que trata da consulta à comunidade para elaboração de listas de nomes destinadas a nomeação de Reitores e Diretores das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná, remonta ao ano de 1986. Naquela oportunidade e através da Lei nº 8345/86 foram estabelecidos critérios mínimos para o procedimento eletivo. Entretanto, com as alterações ocorridas na estrutura do Estado do Paraná a partir daquele ano e principalmente a transformação das Fundações de Ensino Superior em Autarquias, o sistema tem sentido a necessidade de nova legislação sobre a matéria.

Recentemente o Congresso Nacional aprovou e o Presidente da República sancionou a Lei nº 9192 de 21 de dezembro de 1995, e que alterou dispositivos da Lei Universitária Nacional nº 5540 de 28 de novembro de 1968, regulamentando o processo de escolha dos dirigentes universitários.

De outro lado, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, deu novas orientações ao Ensino Brasileiro e determinou novas formas administrativas com referência ao Ensino Superior Público e inclusive no que diz respeito ao tema objeto da presente lei. Assim, a Lei nº 9192/95 diz: "O Reitor e vice-Reitor de Universidade serão nomeados ... e escolhidos entre professores dos dois níveis mais elevados da carreira ou que possuam título de doutor, cujos nomes figurem em listas triplices organizadas pelo respectivo colegiado máximo, ou outro colegiado que englobe, instituído especificamente para este fim, sendo a votação uninominal".

O texto ainda determina que os respectivos sistemas de ensino procedam na forma da legislação existente. Entretanto, a Lei Maior da Educação Nacional, aprovada em 20 de Dezembro de 1996, em seu artigo 56 e parágrafo único determina que o colegiado que escolher os novos dirigentes seja composto por setenta por cento de docentes: "Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos ... bem como da escolha dos dirigentes".

Assim, não resta outra alternativa que regulamentar os dispositivos da legislação maior no âmbito do Estado do Paraná. Ademais, o presente projeto torna a característica de urgência tendo em vista a vacância de Lei Estadual e os processos eleitorais que devem se desenvolver no curso deste ano no âmbito das onze Faculdades Estaduais e das cinco Universidades mantidas pelo Estado.

Finalmente, o Poder Legislativo estará cumprindo

sua missão principal - de legislar - evitando-se possíveis problemas e entraves jurídicos em matéria de notável relevância.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerra a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao 1º Orador inscrito, Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria de fazer o registro a respeito de uma decisão da Câmara dos Deputados nesta semana, em torno da aprovação do projeto que transforma em crime o porte ilegal de arma.

Todos sabem que sou Delegado de carreira, e estou há vários anos afastado das minhas atividades policiais, mas isto não me impede de continuar a me preocupar com questões desta natureza. Realmente é um assunto polêmico, como polêmico é a questão da diminuição da responsabilidade penal.

Hoje quero tecer algumas considerações a respeito deste projeto que torna crime o uso ilegal de arma. Ele, a meu juízo, tem dois grandes ângulos. Um deles é que, a transformação em crime pode realmente inibir as pessoas de portarem armas, sem dúvida alguma, porque do jeito que está a lei não oferece nenhum tipo de inibição para as pessoas. Por outro lado, o que me preocupa é que, em se transformando em crime o porte ilegal de arma como se pretende o projeto que a Câmara aprovou a sanção do Presidente, será iminente. E é por esta razão que trago este assunto aqui para a Assembléia Legislativa. Quem de nós não é procurado com frequência por homens de bem do interior do Estado querendo a nossa interferência junto à Polícia Civil para a liberação de um porte de arma. Todos. Não há um sequer Deputado dos 54 que uma vez ou outra não foi procurado para interceder na liberação de um porte de arma. E sou muito procurado, talvez pela minha ligação com a própria polícia. Confesso que, em todas as vezes em que fui procurado, com toda a minha experiência e vivência na área, procurei facilitar a vida desses meus companheiros porque são homens de bem, são pessoas idôneas e eles querem o porte de arma para poder ter autorização legal do Poder Público, diante da insegurança, da inquietação que a sociedade paranaense está vivendo aí fora, em razão da violência e da criminalidade.

Agora o governo vem, e me preocupa muito e não é de hoje que me preocupo, com o fato de a gente legislar na base da Rede Globo e da SBT. Tenho muito medo de legislação "A la Boris Casoy e A la Hebe Camargo". Esse tipo de legislação, ela é muito perigosa, porque o Legislador o Parlamentar, ele de repente, temido e pressionado pelos Meios de Comunicação, ele vai e apresenta o projeto, sem fazer uma análise mais aprofundada da questão. É o mesmo problema da diminuição da responsabilidade Penal. Não resolve o problema criminal do País, reduzindo responsabilidade Penal de 18 para 16 anos. É simples, tem cadeia para todo o mundo com base na Legislação em vigor, dos 18 anos para cima? Não têm. O sistema Prisional Brasileiro está completamente falido. E vamos então ampliar o acesso de pessoas a este sistema falido. Isso é uma hipocrisia. Para não dizer uma irresponsabilidade. E a questão do porte de arma, não tem muita diferença. Pega um homem de bem, que está saindo de sua casa, está indo para o seu local de trabalho numa determinada fazenda, lá na região do Deputado Edson Lino, no Vale do Ivaí. Esse cidadão é interceptado numa barreira e é encontrado em seu poder um revólver calibre 32. Tem porte de arma? Não tem. O Senhor está preso. Mas! Não

tem, mas, o senhor está preso, é lei, está aqui. Agora o senhor vai responder um processo criminal e vai pegar no mínimo um ano de detenção. Vai estragar com a vida desta pessoa. Agora, de repente, um outro me diz: Mas agora um marginal? Um marginal são outros 500. Sabe o que precisa fazer com o marginal. Os Órgãos Públicos encarregados da apuração dos crimes e das contravenções, esses órgãos precisam ser mais operantes. Desde a Polícia, Ministério Público, Poder Judiciário, esses órgãos precisam caminhar juntos, entrelaçados de tal sorte que o cidadão que paga, que contribui com os impostos possam ver nessas instituições o resultado do sacrifício que a sociedade é submetida quando ela paga imposto. É contra esses que o Poder Público têm que usar o vigor da lei.

Muitas vezes vivi isto como Delegado durante 10 anos. Toda a vez que pegava um homem de bem armado, nada acontecia com ele. Mas toda a vez que pegava um marginal armado, aplicava a ele a lei com os rigores da lei. É só agir desta maneira, não precisamos estar alterando a nossa Legislação. Já disse isto aqui e vou repetir. Leis temos demais. O que falta no Brasil, é bom sendo e determinação das Autoridades para aplicação da lei. Não adianta Legislar na base da Rede Globo e do SBT. Não adianta Legislar de acordo com o Programa do Boris Casoy e da Hebe Camargo. Temos que Legislar de acordo com a realidade que estamos vivendo. Isso é verdade. Mas não adianta pura e simplesmente, dizer: Agora o porte ilegal de arma deixa de ser contravenção e passa a ser crime. Isso não vai resolver, o que vai acontecer é que vamos infelicitar a vida de muitos homens de bem. Esta é a grande verdade. Mas se de repente, passa pela cabeça dos colegas a seguinte pergunta: Mas Tavares, e se fosse crime o porte de arma, será que aquele rapaz que matou, aquele senhor que matou o guardinha lá em São Paulo, teria cometido aquele crime? Não dá para analisarmos uma questão de interesse de uma Nação do tamanho do Brasil. Em cima de um fato isolado. De um caso isolado que se repete às vezes, aqui ou ali. Não dá. Esses casos vão continuar acontecendo, porque o Brasil é um País com mais de 150 milhões de habitantes. O que temos que fazer é realmente, aplicarmos a lei do jeito que ela é. Se fizéssemos isso não haveria necessidade de estarmos discutindo isto aqui e agora. Outro absurdo gente, outro grande absurdo, me perdoe aqueles que defendem posição contrária, é reduzir idade Penal para 16 anos. Isso é o maior absurdo. Vamos colocar esses menores nessas cadeias superlotadas, explodindo em todas as cidades brasileiras? Não podemos fazer isso e se não refletirmos uma questão como essa que não dá voto, que é antipática, que é complexa, que é dúbia, que é controvertida, daqui a poucos dias vamos ser pressionado pela Hebe Camargo, pelo Boris Casoy, o governo brasileiro sancionando uma lei reduzindo a idade penal de 18 para 16 anos e daí o que vai restar, sabe o que é? É peso de consciência daqueles que por ação ou por omissão contribuíram para que esse fato se tornasse realidade. Então não tenho mais idade para estar me iludindo com as coisas e acho que a gente tem que colocar as coisas com a franqueza e com a naturalidade, do jeito que as coisas são, e a minha forma de contribuir modestissimamente, é baseada na minha experiência de quase 30 anos de vida, trazer essas questões para uma discussão civilizada, uma discussão parlamentar, de tal sorte que a gente possa aprovar determinadas teses e reprová-las e nesse particular que quero deixar registrada a minha preocupação. Não sei realmente se a simples alteração da lei, resolve os problemas da criminalidade no País.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Pequeno Expediente. Não havendo oradores inscri-

tos para o Grande Expediente e Horário das Lideranças. Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 021/96 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça que autoriza o Poder Executivo através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar, o lote nº 04 do imóvel Barra Grande, situado no Município de Curitiba à João Negrelli e Victor Negrelli. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. e C.A.L.C.. Aprovado, artigo por artigo.

#### ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 407/95 de autoria do Deputado Luiz Accorsi que obriga todos os estabelecimentos de ensino do Estado do Paraná a advertência das consequências do uso de drogas alucinógenas, bebidas alcoólicas, fumo e da prática do relacionamento sexual sem segurança. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E.. (Publ. no D.A. nº 135/95, de 16.10.95).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 407/95

##### PARECER:

Procedidas diligências junto a Secretaria de Estado da Educação, que expediu parecer favorável à operacionalização do projeto de lei em exame, nada encontramos que obste a tramitação da matéria.

Isto posto, exaramos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 407/95, no âmbito de competência desta Comissão Permanente.

Sala das Comissões, em 20.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
EMERSON NERONE - Relator

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 407/95

##### PARECER:

#### Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Luiz Accorsi, visa obrigar todos os estabelecimentos de ensino do Estado do Paraná, na advertência das consequências do uso de drogas alucinógenas, bebidas alcoólicas, fumo e da prática do relacionamento sexual sem segurança.

#### Fundamentação

A proposta em análise, ao passar pela Comissão de Educação em questão, deve merecer total apoio dos membros desta Casa, por entender-se que a sua aprovação auxiliará na aprimoração e qualidade educacionais, proporcionando assim aos jovens uma maior liberdade dos seus atos, utilizando-os de maneira responsável e consciente.

#### Conclusão

Neste sentido e seguindo o que preceitua o artigo 33, § 7º do Regimento Interno, esta douta Comissão vem a se posicionar pelo parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 407/95.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.12.95.

(aa) PÉRICLES MELLO - Presidente  
IRONDI PUGLIESI - Relatora

Em discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Discutir) - Senhor Presidente, na verdade não é para discutir.

Quero apenas ressaltar, embora na CCJ tenha votado com os demais pela constitucionalidade da matéria, até devido a uma informação da Secretaria de Educação, ser importante o projeto. Quero ressaltar nos Anais da Casa que o projeto obriga todos os estabelecimentos de ensino do Estado do Paraná a fazer advertência das consequências do uso de drogas, alucinógenos, bebidas alcoólicas, fumo, prática de relações sexuais sem segurança, é um projeto absolutamente inócuo, porque não cria matéria, não cria especialização de ninguém. Advertir contra o uso de ... Quem vai advertir? O professor de educação física ou o de matemática ou o de ciências, ou o diretor, o secretário ou vai colocar uma placa na frente do colégio: "Atenção senhores alunos, fica proibido..."

Quer dizer é um projeto sem fundamento, sem prática, que poderia servir como orientação da Secretaria e não como uma lei. Tantas e tantas leis que se fazem que não têm objetivo prático. Quero registrar aqui no Plenário, pela impossibilidade da prática desse projeto e faço meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente anotado e acatado pela Mesa Executiva, com ausência do Deputado Luiz Accorsi.

A Presidência retira o projeto da Ordem do Dia, até o pronunciamento do autor para que esse debate continue nas próximas sessões.

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 552/95, de autoria do Deputado Sérgio Spada, que determina às Universidades e Faculdades Isoladas da Rede Pública Estadual destinarem 30% das vagas ofertadas nos cursos de graduação aos alunos formandos em Colégios Estaduais do Estado do Paraná. COM PARECERES CONTRÁRIOS DA C.C.J. E C.E.C.E. E C.E. (Publ. no D.A. nº 181/95, de 11.12.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 552/95

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Sérgio Spada tem por objetivo determinar que as Universidades e Faculdades Isoladas da Rede Pública Estadual destinem 30% (trinta por cento) das vagas ofertadas nos cursos de graduação aos alunos formandos em Colégios Estaduais do Paraná.

Analisando a presente matéria, somos de parecer contrário, por não estar de acordo com o texto constitucional.

Sendo assim, opinamos pela sua rejeição.

Sala das Comissões, em 25.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES  
PROJETO DE LEI Nº 552/95

PARECER:

O projeto de lei em epígrafe, tem por finalidade determinar às Universidades e Faculdades Isoladas da Rede Pública Estadual, destinarem 30% das vagas ofertadas nos cursos de graduação aos alunos formandos em Colégios Estaduais do Estado do Paraná.

Em análise por esta Comissão Técnica, verificamos a documentação recebida através da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e também o parecer emitido pela douta Comissão de Constituição e Justiça.

Sendo assim, seguimos o entendimento da Comissão supracitada, manifestando nosso parecer contrário à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.12.96.

(aa) PÉRICLES MELLO - Presidente  
RENATO ADUR - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 552/95

PARECER:

Relatório

De autoria do Deputado Sérgio Spada, o presente projeto determina que as Universidades e Faculdades Isoladas da Rede Pública destinem 30% das vagas ofertadas nos concursos vestibulares dos seus cursos de graduação, aos alunos oriundos dos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual.

Fundamentação

O projeto em tela ao ser analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, recebeu desta parecer contrário, por não estar o mesmo em acordo com o texto constitucional. Contudo, seu relator omitiu-se em explanar o motivo do desacordo e qual texto constitucional.

Conclusão

Assim sendo, pela importância da matéria em questão, entendemos pela necessidade de remetê-la à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para que esta se manifeste.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.06.96.

(aa) PÉRICLES MELLO - Presidente  
RENATO ADUR - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente, solicitando a retirada de votação por 10 (dez) sessões da Ordem do Dia. Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 552/95.

O SR. PÉRICLES MELLO (Pela Ordem) - Gostaria de solicitar a retirada do projeto para aprofundar a minha análise sobre ele.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente. Faz o requerimento o ilustre Deputado e está em votação.

Os Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado e conseqüentemente, retirado e adiado por 10 (dez) sessões.

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 111/96, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que dispõe sobre a criação do Programa de Orientação Sexual, de Prevenção das



DST/AIDS e uso abusivo de drogas e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.P. E C.E.C.E., COM EMENDA DA C.C.J. (Publ. no D.A. nº 32/96, de 02.04.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 111/96  
PARECER:

O plano de lei em questão, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, dispõe sobre a criação do Programa de Orientação Sexual, de Prevenção das DST/AIDS e do uso abusivo de drogas.

Dentro da competência desta Comissão Permanente, não encontramos óbice à tramitação da matéria. Contudo, condicionamos nosso parecer favorável à aprovação da emenda supressiva apenas.

Sala das Comissões, em 18.06.96.  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
EMERSON NERONE - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 111/96  
PARECER:

#### Relatório

De autoria do ilustre Deputado Ângelo Vanhoni, o presente projeto de lei objetiva a criação nos estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo graus do Sistema de Ensino do Estado e dos Municípios, o Programa de Orientação Sexual, de Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis, da AIDS e de prevenção ao Uso de Drogas.

A Comissão de Constituição e Justiça deu parecer favorável à matéria, com a aprovação de emenda supressiva da palavra "abusivo".

Cumpramos destacar que recentemente demos parecer ao Projeto de Lei nº 025/96 de autoria do Deputado Luiz Accorsi, dispondo sobre a obrigatoriedade da veiculação de programas de informação e prevenção da AIDS para alunos de 1º e 2º graus, no Estado do Paraná.

E sendo assim, opinamos favoravelmente à matéria, sugerindo no entanto que a presente proposição seja juntada ao processo relativo ao Projeto de Lei nº 025/96 para que ambos, em virtude de sua analogia sejam transformados num só projeto.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 111/96

PARECER:

#### Relatório

De autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, o presente plano de lei visa a criação do Programa de Orientação Sexual, de Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS e de Prevenção ao Uso de Drogas, nos Estabelecimentos de Ensino Estadual e Municipal.

#### Fundamentação

Sendo a educação direito de todos e dever do Estado e incentivada pela sociedade, conforme preceitua a Constituição Federal, o ensino tem como um dos seus princípios a liberdade do aprender, do ensinar de pesquisar e de divulgar o saber.

O acesso a informação científica é direito subjetivo do ser humano, pois só o conhecimento impede o erro causado pela ignorância. Embora haja o interesse natural dos adolescentes em ler nos veículos de comunicação sobre os assuntos nominados, nem todos têm o devido acesso a esses meios de informação. A escola é o meio mais fácil no encaminhar destas informações, já que toda criança desde a tenra idade à adolescência é levada a

frequentá-la. Nela se poderá dar de modo correto, científico e atual as informações desejadas pelos educandos. Pois, a boa formação do cidadão vem primeiramente da família, mas é suplementada com o que se aprende nos bancos escolares.

#### Conclusão

Pelo acima exposto e por o presente projeto promover e integrar os serviços de saúde e educação no atendimento da criança e do adolescente, somos pelo parecer favorável a aprovação do mesmo.

Sala das Comissões, em 10.12.96.  
(aa) PÉRICLES MELLO - Presidente  
RENATO ADUR - Relator

EMENDA SUPRESSIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 111/96

Fica suprimida da súmula e do artigo 1º do Projeto de Lei nº 111/96 a palavra "abusivo".

Sala das Comissões, em 28.05.96.  
(a) EMERSON NERONE

Aprovado, com emenda da CCJ, que entrará em 2ª discussão.

#### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 184/96, de autoria do Deputado Péricles de Holleben Mello, que autoriza o Poder Executivo a alterar a redação dos artigos 3º e 4º da Lei nº 10.051/92 e acrescenta dois parágrafos no artigo 3º da mesma lei. (Funcionário) COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.E.C.E., Aprovado. (Publ. no D.A. nº 61/96, de 15.05.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 184/96

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Péricles Mello, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a alterar a redação dos artigos 3º e 4º da Lei nº 10.051/92 e acrescenta dois parágrafos no artigo 3º da mesma lei.

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão nada encontrou que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.96.  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
JOSÉ TAVARES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 184/96

PARECER:

A proposição em epígrafe, de autoria do Deputado Péricles Mello, autoriza o Poder Executivo a alterar a redação da Lei Estadual sob nº 10.051 de 16 de julho de 1992.

A matéria, objeto do projeto, visa corrigir inconstitucionalidade da citada lei, no que tange a discriminação remuneratória entre servidores e funcionários públicos estaduais. Destarte, esta Comissão manifesta-se pela aprovação da propositura, e conseqüente voto favorável, haja vista que a mesma, além de ter o escopo de evitar o dispêndio de recursos indenizatórios para correção de diferenças salariais, conforme dispõe o artigo 7º, incisos XXX, XXXII da Constituição Federal, via ação judicial,

objetiva também a justiça social para os servidores e funcionários prejudicados. Além disso visa preservar o princípio fundamental, que deve nortear a ação dos poderes constituídos: o Estado Democrático de Direito. Este destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, valores supremos de uma sociedade pluralista e sem preconceitos, como inaugura nossa Lei Fundamental Republicana, em seu preâmbulo, alora o dever de estar vinculado as leis vigentes.

Portanto, nada mais justo, coerente, legal e constitucional que o Poder Executivo corrija a legislação de sua lavra, nos moldes da constituição.

Sala das Comissões, em 09.10.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DOUTOR ROSINHA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 184/96

~~DA REGR~~

#### Relatório

De autoria do nobre Deputado Péricles Mello, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a alterar a redação dos artigos 3º e 4º da Lei nº 10.051/92 e acrescenta dois parágrafos no artigo 3º do mesmo diploma legal.

#### Fundamentação

Trata-se pois de matéria que via corrigir inconstitucionalidade da supracitada lei que discrimina servidores e funcionários públicos estaduais, instituindo gratificações pelo local de exercício do trabalho e por exercício no período noturno. Com isso ela proporciona privilégios a professores que exercem suas tarefas em locais de di-

fícil acesso e na parte da noite, esquecendo-se daqueles que exercem as suas atividades profissionais em iguais condições mas sem remunerá-los por isso.

Assim sendo, ao passar por esta douta Comissão, a presente proposta, esperamos, venha a receber o total apoio dos membros desta Casa de Leis pelos motivos acima apresentados e por se tratar de medida meramente autorizatória.

#### Conclusão

Em face do exposto, opinamos favoravelmente à aprovação do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 09.10.96.

(aa) PÉRICLES MELLO - Presidente  
IRONDI PUGLIESI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, Requerimento nº 081, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 111 e 184/96.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 407/95, 024 e 025/96.

Levanta-se a sessão.